Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: julho de 2009.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

Ruralistas aprovam projeto que submete índices da reforma agrária ao Congresso – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2009.....4

Agroecologia reforça pauta da reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 02/07/2009.....6

Ruralistas aprovam projeto que submete índices da Reforma Agrária ao Congresso – Sítio Eletrônico do MST – 02/07/2009.....7

Limite para explorar terra causa insatisfação – Estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2009.....9

Polícia descarta conflito agrário em chacina de PE – Folha de São Paulo – Brasil – 08/07/2009.....10

Cinco militantes do MST são executados em PE - Letícia Lins – O Globo – O País – 08/07/2009.....11

Procuradoria contesta regularização de terras – Juliano Basile – Valor Econômico – Brasil – 10/07/2009.....14

SEM-TERRA INVADEM DE NOVO FAZENDA EM PE – Folha de São Paulo – Brasil – 11/07/2009.....16

Dr. Potiguar: a lei para reduzir os conflitos - Pedro Paulo Blanco – O Globo – Economia – 12/07/2009.....16

Pequenas propriedades são 84,82 % das posses cadastradas na Amazônia – Sítio eletrônico do MDA - 14/07/2009.....17

Rejeitado projeto que considera invasão de terras como crime hediondo – Sítio eletrônico da Contag 15/07/2009.....19

Pequenas propriedades são 84% das posses cadastradas na Amazônia – Sítio Eletrônico da Contag - 20/07/2009.....19

Nead lança obra sobre políticas de ocupação e luta pela terra – Sítio Eletrônico do MDA – 21/07/2009.....22

Incra retoma convênios para execução do Pronera – Sítio Eletrônico do MDA - 23/07/2009.....24

Ação vai pedir desbloqueio de fazendas – Caio Junqueira e Yan Boechat – Valor Econômico - Política – 23/07/2009.....25

Grupo diz ter sido alvo de invasão de sem-terra – Valor Econômico – Política – 23/07/2009 27

Esperança de crédito motiva regularização de terras na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA – 27/07/2009 28

REAF: Seção brasileira discute acesso a terra – Sítio Eletrônico do MDA – 21/07/2009 29

Réquiem – Plínio de Arruda Sampaio – Sítio eletrônico do MST – 28/07/2009 . 31

Pela segunda vez, sem-terra invadem fazenda de Dantas – Folha de São Paulo – Brasil – 30/07/2009 32

Incra amplia para R$ 15 mil o crédito Aquisição de Material de Construção – Sítio Eletrônico do MDA - 31/07/2009 33

Ruralistas aprovam projeto que submete índices da reforma agrária ao Congresso – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2009

A bancada ruralista do Senado conseguiu ontem uma vitória histórica ao aprovar um projeto de lei que submete ao Congresso Nacional quaisquer alterações propostas pelo Executivo envolvendo os índices de produtividade utilizados em processos de desapropriação de terras destinadas à reforma agrária.

Pelo texto, novas modificações nos índices previstos na Lei Agrária, como a que está em estudo desde o início do governo Lula, só poderão ser feitas com base em "estudos científicos" realizados por entidades do sistema nacional de pesquisa agropecuária.

Os índices de produtividade são decididos atualmente por proposição conjunta dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, mediante consulta ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

A medida, aprovada em um "cochilo" dos líderes governistas na Comissão de Agricultura do Senado, afeta a forma como o Executivo toca a reforma agrária e deve agravar o embate entre ruralistas, produtores familiares e movimentos sociais, como o MST.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário informou ser contrário ao projeto por entender que é "competência exclusiva" do Executivo fixar os índices. o MDA afirmou, ainda, que "trabalhará para alterar o projeto na Câmara", para onde o texto seguirá.

A proposta foi apreciada em caráter terminativo (sem necessidade de passar pelo plenário do Senado) e desatrela os parâmetros chamados de grau de utilização da terra (GUT) e grau eficiência na exploração (GEE).

O conceito de "propriedade produtiva" passa a ser fixado apenas com base no grau de eficiência.

Pela nova lei, o GUT serviria somente para considerar "racional e adequado" o aproveitamento da propriedade e sua função social. Hoje, esses índices são usados como

principais mecanismos nas vistorias do Incra para determinar eventual desapropriação da terra. O governo considera improdutiva - e passível de processo - toda propriedade que não atinge ao menos 80% do GUT e 100% do GEE.

O texto da proposta do Senado, aprovado na manhã de ontem por oito dos 16 titulares da comissão, também institui a figura da "microrregião homogênea" para cálculo dos índices de rendimento de lavouras e da pecuária.

Com isso, os indicadores passam a ser adaptados a cada região específica de produção, descartando a imposição de parâmetros nacionais, estaduais ou mesmo macrorregionais.

Relatado pela senadora ruralista Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), o projeto fixa prazos adicionais para o cumprimento de eventuais novos índices propostos pelo Executivo e aprovados pelo Congresso.

Os produtores de culturas temporárias, como soja, milho, algodão, trigo e arroz, passam a ter dois anos para obedecer aos novos índices de produtividade ou ajustes de parâmetros já existentes.

Pecuaristas e produtores dedicados a lavouras perenes, como café, cana e cacau, terão cinco anos para a adaptação.

Em seu relatório substitutivo, a senadora Kátia Abreu afirma que a Lei Agrária "misturou conceitos" e contrariou a Constituição.

"Houve evidente equívoco ao se equiparar aproveitamento racional e adequado à propriedade produtiva", diz. A senadora afirma que a lei é inconstitucional ao exigir, de forma simultânea, o atendimento de dois indicadores para a caracterização de propriedade produtiva e de função social da terra.

Para sustentar seus argumentos econômicos, Kátia Abreu dá dois exemplos: uma fazenda de 1 mil hectares cultivou 800 hectares de milho com uma produtividade de 3,5 mil toneladas por hectare. Outra fazenda, com os mesmos 1 mil hectares, plantou 700 hectares e colheu 4,2 mil toneladas por usar mais insumos e tecnologia. Supondo que o índice de produtividade exigido na região seja de 1,9 toneladas por hectare, "numa eventual vistoria do Incra a segunda propriedade seria considerada improdutiva, pois alcançou um GUT de 70%, embora tenha tido um GEE de 315%", afirma a senadora.

Por isso, sustenta Kátia Abreu, o Congresso deve decidir sobre os índices de produtividade para conciliar as políticas agrícola e agrária do governo.

*Autor: Mauro Zanatta. Notícia publicada no Jornal Valor Economico em 01/07/2009.

Agroecologia reforça pauta da reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 02/07/2009

A agroecologia entrou definitivamente no centro da política de desenvolvimento dos projetos de reforma agrária conduzida pelo Incra. As potencialidades desse modelo de produção, baseado em numa forma sustentável de interação do homem com a natureza, poderão ser exploradas nos mais de 8,2 mil assentamentos da autarquia, nos quais vivem mais de um milhão de famílias. A possibilidade ocorrerá a partir de uma parceria com a Embrapa que já está sendo desenhada.

“Vamos formar uma equipe para elaborar um projeto e viabilizar a implantação de um modelo de assentamento realmente sustentável nos mais diversos aspectos”, afirmou o presidente do Incra, Rolf Hackbart, nesta quarta-feira (1), durante visita à Fazendinha Agroecológica Km27, da Embrapa Agrobiologia, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Hackbart participou do evento Dia de Campo. Lá foram apresentadas as possibilidades tecnológicas para assentamentos desenvolvidas na Fazendinha Agroecológica. O presidente do Incra estava acompanhado do superintendente do Incra/RJ, Mário Lúcio Melo Júnior, e foi recebido pelo chefe geral da Embrapa Agrobiologia, Eduardo Campello.

Implantada em 1993 no município de Seropédica, na região metropolitana do Rio de Janeiro, com o plantio de horta orgânica, a Fazendinha Agroecológica é um espaço de 59 hectares, onde são cultivadas anualmente mais de 50 espécies de plantas. Há frutíferas

variadas, entremeadas a plantios de hortaliças e cereais, adequando-se ao complexo leguminosas e gramíneas para adubação verde e cobertura do solo, empregadas em sucessão e/ou consórcio simultâneo. Existe, ainda, uma área de preservação de fragmentos da Mata Atlântica e um horto botânico.

"Sempre repito que o cultivo em sistema orgânico é um filão a ser explorado pelos assentados. O modelo de agricultura tradicional baseado na monocultura e uso do veneno não é a reforma agrária que queremos", disse Hackbart.

O superintendente do Incra/RJ cita, entre as vantagens para o produtor rural, o custo de produção menor, o valor de mercado do produto orgânico e a utilização de máquinas leves, que possibilita aumento da ocupação produtiva da mão-de-obra familiar.

A adoção da proposta agroecológica na política pública implementada pelo Incra será baseada na formação do quadro técnico da autarquia e das famílias assentadas.

Também despertou expectativa a iniciativa de criação do mestrado profissionalizante em Agricultura Orgânica. O curso poderá satisfazer a necessidade de formação de quadros de ATES que atendem o público da reforma agrária.

A realização do Dia de Campo colocou em prática proposta que vem sendo construída entre a Embrapa Agrobiologia e o Incra/RJ desde 2007. Na época, foi realizada a capacitação para os quadros técnicos do Incra.

Ruralistas aprovam projeto que submete índices da Reforma Agrária ao Congresso – Sítio Eletrônico do MST – 02/07/2009

A bancada ruralista do Senado conseguiu ontem uma vitória histórica ao aprovar um projeto de lei que submete ao Congresso Nacional quaisquer alterações propostas pelo Executivo envolvendo os índices de produtividade utilizados em processos de desapropriação de terras destinadas à Reforma Agrária.

A notícia é do jornal Valor, 01-07-2009.

Pelo texto, novas modificações nos índices previstos na Lei Agrária, como a que está em estudo desde o início do governo Lula, só poderão ser feitas com base em "estudos científicos" realizados por entidades do sistema nacional de pesquisa agropecuária.

Os índices de produtividade são decididos atualmente por proposição conjunta dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, mediante consulta ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

A medida, aprovada em um “cochilo” dos líderes governistas e na Comissão de Agricultura do Senado, afeta a forma como o Executivo toca a Reforma Agrária e deve agravar o embate entre ruralistas, produtores familiares e movimentos sociais, como o MST.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário informou ser contrário ao projeto por entender que é "competência exclusiva” do Executivo fixar os índices. O MDA afirmou, ainda, que "trabalhará para alterar o projeta na Câmara", para onde o texto seguirá.

A proposta foi apreciada em caráter terminativo (sem necessidade de passar pelo plenário do Senado) e desatrela os parâmetros chamados de grau de utilização da terra (GUT) e grau eficiência na exploração (GEE). O conceito de "propriedade produtiva" passa a ser fixado apenas com base no grau de eficiência.

Pela nova lei, o GUT serviria somente para considerar "racional e adequado" o aproveitamento da propriedade e sua função social. Hoje, esses índices são usados como principais mecanismos nas vistorias do Instituto Nacional de Colonização e Refórma Agrária (Incra) para determinar eventual desapropriação da terra. O governo considera improdutiva - e passível de processo - toda propriedade que não atinge ao menos 80% do GUT e 100% do GEE.

O texto da proposta do Senado, aprovado na manhã de ontem (1/7) por oito dos 16 titulares da comissão, também institui a figura da “microrregião homogênea” para cálculo dos índices de rendimento de lavouras e da pecuária. Com isso, os indicadores passam a ser adaptados a cada região específica de produção, descartando a imposição de parâmetros nacionais, estaduais ou mesmo macrorregionais.

Relatado pela senadora ruralista Kátia Abreu (DEM-RO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), o projeto fixa prazos adicionais para o cumprimento de eventuais novos indices propostos pelo Executivo e aprovados pelo Congresso.

Os produtores de culturas temporárias, como soja, milho, algodão, trigo e arroz, passam a ter dois anos para obedecer aos novos índices de produtividade ou ajustes de parâmetros já existentes. Pecuaristas e produtores dedicados a lavouras perenes, como café, cana e cacau, terão cinco anos para a adaptação.

Em seu relatório substitutivo, a senadora Kátia Abreu afirma que a Lei Agrária “misturou conceitos" e contrariou a Constituição. "Houve evidente equívoco ao se equiparar aproveitamento racional e adequado à propriedade produtiva", diz. A senadora afirma que a lei é inconstitucional ao exigir, de forma simultânea, o atendimento de dois indicadores para a caracterização de proriedade produtiva e de função social da terra.

Para sustentar seus argumentos econômicos, Kátia Abreu dá dois exemplos: uma fazenda de 1 mil hectares cultivou 800 hectares de milho com uma produtividade de 3,5 mil toneladas por hectare. Outra fazenda, com os mesmos 1 mil hectares, plantou 700 hectares e colheu 4,2 mil toneladas por usar mais insumos e tecnologia. Supondo que o índice de produtividade exigido na região seja de 1,9 toneladas por hectare, “numa eventual vistoria do Incra a segunda propriedade seria considerada improdutiva, pois alcançou um GUT de 70%, embora tenha tido um GEE de 315%, afirma a senadora.

Por isso, sustenta Kátia Abreu, o Congresso deve decidir sobre os índices de produtividade para conciliar as políticas argícolas e agrária do governo.

Limite para explorar terra causa insatisfação – Estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2009

Isaías Dias Macena, de 55 anos, desmatou mais do que devia em seu lote de 10 alqueires (500 mil m²) no meio da Floresta Amazônica, numa região montanhosa, 310 quilômetros ao norte de Marabá, no sul do Pará. O novo código florestal só permite que ele cultive alimentos em 2 alqueires - o limite é de 20% de desmatamento de mata nativa. Mas ele avançou um alqueire para poder vender a produção excedente. Com isso, comprou TV e um aparelho de DVD.

"Não dá para trabalhar somente em 20% do meu lote. O ideal seria a metade", diz o integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), sentado sobre um tronco de árvore nativa que derrubou para plantar mandioca. Isaías nasceu em Itaguatins, a 50 quilômetros de distância de Palmas. Foi para o Pará aos 4 anos e sempre viveu na roça.

A história de Isaías é muito parecida com a de outros integrantes do MST e de diferentes movimentos sociais que ocupam áreas no Pará e estão descontentes com o limite legal para exploração da terra. Só no sul do Estado, existem 900 assentamentos, com 80 mil famílias, numa área de 4,5 milhões de hectares (45 mil km²), informa o advogado da Pastoral da Terra de Marabá, José Batista Gonçalves Afonso. Segundo ele, 1 milhão de hectares (10 mil km²) estão nas mãos de acampamentos de movimentos sociais.

Levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostra que o desmatamento em assentamentos na região da Floresta Amazônia alcançou 17 km² em abril de 2009.

Francisco França, de 39 anos, presidente do acampamento Chico Mendes 1, localizado numa área de 2.141 hectares, admite que as 45 famílias que moram lá avançaram além do limite de suas terras. Mas diz que só souberam da proibição há um ano. O novo código florestal vigora desde 1996.

Ele afirma que todos os integrantes do MST no Pará estão impacientes com a demarcação e a situação está ficando insustentável. Alguns assentamentos vizinhos estariam desrespeitando a regra e teriam vendido madeira nobre de áreas que não poderiam mais ser desmatadas. A reportagem constatou nove caminhões carregados de troncos de árvores na estrada que leva ao acampamento de Francisco, onde não poderia mais haver desmatamento.

"Tem gente que quer derrubar a floresta para fazer roça. Já falei que não pode, mas eles não acreditam. Eles me perguntam: se eu não posso mais derrubar para plantar, como é que vou viver?", afirma Francisco.

CINCO SEM-TERRA SÃO ASSASSINADOS – Folha de São Paulo – Brasil – 07/07/2009

Cinco agricultores foram mortos ontem em um assentamento da fazenda Garrote, em Brejo da Madre de Deus (PE). Segundo o MST, os sem-terra foram assassinados a tiros, no início da noite, por dois homens não identificados que estavam em uma moto e fugiram. Uma sexta pessoa se feriu e foi levada ao hospital. As polícias Civil e Militar estão investigando as mortes.

Polícia descarta conflito agrário em chacina de PE – Folha de São Paulo – Brasil – 08/07/2009

A Polícia Civil suspeita que a chacina ocorrida anteontem num assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Pernambuco foi motivada por vingança, sem ligação com questões agrárias.
O crime ocorreu em Brejo da Madre de Deus (a 215 km de Recife), no assentamento Garrote. Cinco lavradores foram baleados por dois homens não identificados que estavam em uma moto.
O coordenador do MST-PE, Jaime Amorim, sugere que o crime pode estar ligado ao assassinato de quatro seguranças da fazenda Consulta, mortos em confronto com membros do MST em fevereiro.

Cinco militantes do MST são executados em PE - Letícia Lins – O Globo – O País – 08/07/2009

Movimento crê em vingança por assassinato de seguranças de fazenda, em fevereiro

RECIFE. Cinco meses após trabalhadores sem-terra terem assassinado quatro seguranças de uma fazenda no Agreste de Pernambuco, cinco militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) foram executados no assentamento Chico Mendes, em Brejo da Madre Deus, a 204 quilômetros de Recife.

A chacina, na noite de segundafeira, deixou um outro militante ferido.

Segundo a polícia e o MST, as vítimas foram mortas por dois homens que chegaram ao assentamento numa moto prateada, por volta das 19h. Ao chegar, os dois anunciaram um assalto, mas dispararam as armas e fugiram sem levar nada.

Os homens perguntaram pelo tesoureiro do assentamento, João Pereira da Silva, de 39 anos, e atiraram.

Também foram executados José Juarez Cesário da Silva, de 21 anos, Natalício Gomes da Silva de 36, José Angelino Morais da Silva, de 43, e Olimpio Cosmo Gonçalves, de 65. Erionaldo José da Silva foi atingido no braço.

De manhã, o coordenadorregional do MST, Jaime Amorim, disse não acreditar em conflito agrário, e atribuiu o crime a uma vingança pessoal.

À tarde, porém, disse que as mortes podem ser uma vingança pela chacina de São Joaquim do Monte (PE), em fevereiro, quando os jagunços da fazenda Consulta foram mortos a tiros por sem-terra.

Ministério manda ouvidor do Incra ao assentamento Os corpos serão sepultados hoje em Surubim, Caruaru e Brejo da Madre Deus, no Agreste, onde são comuns conflitos de terra. O secretário-executivo da Defesa Social, Cláudio Lima, informou que o policiamento na região foi reforçado. O delegado Sérgio Moura ouviu duas pessoas, inclusive o sobrevivente.

Moura disse ter sido atingido por uma bala perdida e afirmou não ter dúvidas: — Foram tiros de execução, disparados para matar.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário informou que designou o ouvidor nacional adjunto do Incra, João Pinheiro de Souza, para acompanhar o caso. Ele chega hoje a Recife e de lá vai para Brejo da Madre Deus, em companhia do promotor agrário estadual Edson Guerra

Investidor estrangeiro busca terras no Brasil – estado de São Paulo – economia e Negócios – 10/07/2009
André Pessôa: Sócio da consultoria Agroconsult Para consultor, fato de que empresas brasileiras são pouco profissionalizadas pode se tornar um atrativo para os investidores

Especialista em agronegócio, André Pessôa, sócio da consultoria Agroconsult, prevê um momento positivo para as atividades ligadas ao campo no Brasil. Segundo ele, apesar das perdas em algumas atividades - como a da cana-de-açúcar e de carnes, por exemplo, que sofreram com o sumiço do dinheiro dos investidores a partir da quebra do Lehman Brothers, em setembro passado -, o capital já começa a voltar ao Brasil. E o ingrediente a mais na atratividade que o País desperta no momento é o fato de que uma parcela muito pequena das empresas e produtores ligados ao agronegócio serem profissionalizados, segundo ele. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como a crise financeira global impactou o agronegócio brasileiro?

Um dos principais impactos foi que os fundos de investimento, principalmente os estrangeiros, passaram a ficar mais interessados no ativo terra. É um fator de produção cada vez mais escasso. E com restrições ambientais cada vez mais presentes. Mas o Brasil não é o único a chamar a atenção de quem tem capital para investir. A tendência é de formação de um portfólio, com terra em países como Brasil, Argentina e Ucrânia. Um fator que pesa nessa decisão é que, apesar da crise, o consumo de alimentos não teve uma queda substancial. Ele praticamente não muda. Principalmente porque, nos países emergentes, a crise foi menos intensa. Isso tudo conta para o investidor que coloca o dinheiro em terra pensando em uma reserva de valor. Desde a crise, o investidor está com mais apetite. O mundo busca investir em coisas mais concretas, mais próximas da produção.

E isso influenciou no preço da terra no Brasil?

Sim, já há uma recuperação dos preços em relação ao que se via no final do ano passado, com tendência de alta. O fato fundamental nesse processo é que a terra continua a ser um ativo escasso. E a necessidade de abastecimento do mundo com alimentos é crescente, assim como as restrições ambientais. O Brasil tem a sua atratividade porque é altamente competitivo no agronegócio. Tem destaque na produção de papel e celulose, carne, cereais, algodão, café, açúcar, suco de

laranja, couro, tabaco, com a vantagem de ser um mercado interno pujante, com crescimento de renda nos últimos anos.

Quais são os problemas do agronegócio no Brasil?

Há problemas na logística e no custo do capital, que é muito alto. E até hoje não fomos capazes de criar garantias para o agricultor. Ele tem um custo para plantar e não tem ideia de por quanto vai vender aquela produção. Isso é culpa do setor financeiro, do governo, do Congresso. Mas passa também pela falta de uma gestão profissionalizada - por isso vimos tanta quebradeira de empresas no setor. Eu estimo que nem 1% dos negócios no Brasil é profissionalizado, tem uma política de administração, de gestão de risco e, sobretudo, do dinheiro. O Brasil só briga de igual para igual porque é muito bom na parte operacional.

Há alguma vantagem em ainda termos tantas dificuldades?

Sim, isso atrai o investidor. Porque, apesar dos problemas, o Brasil se destaca muito no agronegócio. Imagina com uma gestão melhor, mais profissional, fugindo da informalidade, com números auditados, com uma política social e ambiental? É o grande negócio que o investidor do mercado de capitais busca: pegar uma excelente empresa com resultados modestos e melhorá-los com uma boa gestão.

Quais são as fronteiras agrícolas que mais têm atraído os investidores?

A região conhecida como Mapito, formada pelos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, tem atraído cada vez mais investidores interessados na produção de grãos, de cana e pecuária. Isso tem acontecido porque é uma terra mais barata, com projetos de infraestrutura e logística já definidos para os próximos anos. A primeira expansão na região aconteceu há 30 anos. Mas a grande expansão está ocorrendo agora, com dois tipos de players. Um deles é o que já produzia grãos no cerrado e agora decidiu expandir para o Mapito com a lógica do retorno sobre o ativo. Ele vende a terra no Mato Grosso, por exemplo, e paga na compra da terra no Maranhão até 10 vezes menos. No ano seguinte, ele começa a produzir e a recuperar o investimento. O outro perfil é do novo investidor, que ainda não é produtor e em muitos casos se associa com quem já produz. Hoje estão investindo no Brasil principalmente fundos argentinos e americanos.

Os argentinos podem se dar bem em um país com características tão

diferentes?

Não é tão simples, porque até as condições climáticas e de solo são diferentes. Eles podem pagar um pedágio na parte operacional no início, mas depois vão agregar o conhecimento que têm, como o grau de formalização dos negócios, na produção no Brasil.

Procuradoria contesta regularização de terras – Juliano Basile – Valor Econômico – Brasil – 10/07/2009

A procuradora-geral da República, Deborah Duprat, ingressou, ontem, com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei que determinou a regularização de terras da União sob ocupação na Amazônia (Lei nº 11.952). A lei gerou uma disputa acirrada entre ruralistas, que defenderam a regularização das terras, e ambientalistas, contrários à medida, e que a chamaram de "Lei da Grilagem".

Ao entrar com a ação, Duprat atendeu a apelos dos ambientalistas e levou a polêmica para o STF, onde a lei deverá ser objeto de um julgamento dramático em que devem prevalecer fortes antagonismos entre as partes.

A procuradora argumentou ao STF que a lei instituiu "privilégios injustificáveis em favor de grileiros que, no passado, se apropriaram ilicitamente de vastas extensões de terra pública". Ela defendeu a tese de que a regularização de terras na Amazônia deveria atender a dois objetivos. Primeiro, "promover a inclusão social e a justiça agrária, dando amparo a posseiros de boa-fé, que retiram da terra o seu sustento". E, em segundo lugar, "aperfeiçoar o controle e a fiscalização do desmatamento na Amazônia". Esse último objetivo seria alcançado se a lei tivesse previsto "uma melhor definição dos responsáveis pelas lesões ao meio ambiente nas áreas regularizadas".

Porém, a lei teria permitido a regularização "a grileiros que, no passado, se apropriaram ilicitamente de vastas extensões de terra pública". "O legislador deixou de proteger adequadamente este magnífico patrimônio nacional, que é a floresta amazônica brasileira, bem como os direitos de minorias étnicas, como os povos indígenas, os quilombolas e as populações tradicionais que habitam na região", criticou Duprat.

Para a procuradora-geral, o STF deveria derrubar o artigo que prevê que terras ocupadas por comunidades quilombolas e tradicionais possam ser regularizadas em favor de terceiros (parágrafo 2 do artigo 4º). Ela também viu problemas no artigo 13, que libera de vistoria prévia as terras sujeitas à regularização. E, por fim, Duprat pediu que o STF declare inconstitucionais vários parágrafos do artigo 15, que não fixam condições para a recuperação de áreas degradadas.

A procuradora-geral pediu urgência na derrubada desses artigos, pois "as normas atingem o meio ambiente, e as lesões ambientais são, com grande frequência, de caráter irreparável".

Essa foi a terceira ação de grande repercussão tomada por Duprat no STF, desde que ela assumiu o cargo em 29 de junho. Ela pediu ao Supremo o reconhecimento de união estável aos homossexuais e concluiu um parecer favorável ao aborto de fetos com anencefalia (sem cérebro) - outra polêmica que espera por decisão do tribunal. Duprat passou a ocupar interinamente o comando do Ministério Público Federal com o fim do mandato do então detentor do cargo, Antonio Fernando de Souza.

Roberto Gurgel, escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para suceder Antonio Fernando na chefia do MPF foi aprovado anteontem no Senado, mas espera pela nomeação final de Lula para marcar a data de sua posse. Até a posse de Gurgel, Duprat permanecerá no comando do MPF.

Por determinação do corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, terá início na próxima quinta-feira (16) a inspeção, por juízes e técnicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de todos os cartórios de registro de imóveis existentes no Pará. O objetivo é identificar irregularidades que levaram o Pará a possuir, nos registros públicos de terras e serviços notariais, cerca de quatro vezes o seu tamanho oficial, o que o coloca na incômoda posição de campeão nacional da grilagem de terras. Esses dados foram levantados pela Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões ligadas à Grilagem de Terras, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE).

Combate à grilagem

A medida foi formalizada por meio de portaria assinada pelo corregedor nacional no último dia 6 e atendeu requerimento de providências encaminhado pela Comissão de Combate à Grilagem, composta por diversos órgãos ligados à questão agrária como o Incra e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa); além dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e a Advocacia Geral da União, dentre outros.

A ação, que terá início na Comarca de Altamira, no Oeste do Pará, é comemorada pelo superintendente regional do Incra de Belém, Elielson Silva, representante do órgão fundiário federal na Comissão de Combate à Grilagem e um dos signatários do pedido de providências encaminhado ao CNJ, por meio do qual também foi solicitado o cancelamento de nove mil registros correspondentes a cerca de 110 milhões de hectares de terras griladas no estado.

“Essa ação do CNJ ocorrerá em momento oportuno porque, juntamente com o programa Terra Legal, poderá representar o fim do caos que caracteriza a situação da malha fundiária

paraense e que tanto tem atrapalhado as iniciativas federais e estaduais que visam promover a inclusão social do homem do campo e a justiça no meio rural do Pará", afirmou Silva.

Segundo Silva, em 26 de março deste ano, o Conselho Nacional de Justiça - atendendo solicitação encaminhada pela Superintendência do Incra no Pará - já havia determinado a realização de inspeção na Corregedoria das Comarcas do Interior, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Naquela ocasião, a justificativa do pedido foi a morosidade na resolução do caso do "fantasma" Carlos Medeiros, que deteria cerca de oito milhões de hectares no Pará, num dos casos mais emblemáticos da grilagem de terras no Brasil e que está desde 2004 à espera de decisão no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

SEM-TERRA INVADEM DE NOVO FAZENDA EM PE – Folha de São Paulo – Brasil – 11/07/2009

Cerca de cem famílias de integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram ontem a fazenda Jabuticaba, em São Joaquim do Monte (PE), pivô de um conflito que resultou na morte de quatro seguranças em fevereiro. Os sem-terra tinham assinado acordo com os proprietários e deixado o local para que fosse medido pelo Incra. O prazo final para a medição é 20 de julho.

Dr. Potiguar: a lei para reduzir os conflitos - Pedro Paulo Blanco – O Globo – Economia – 12/07/2009

Procurador-chefe no Pará, de 54 anos, diz que aposentadoria tem tempo Especial para

O GLOBO BELÉM. É de uma sala com janelas de vidro, no primeiro andar do Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) e de costas para uma das ruas mais movimentadas de Belém que o procurador chefe do órgão, José Augusto Torres Potiguar, despacha alguns documentos antes de dar entrevista. Não teme desavenças nem investidas, mesmo atuando em muitos casos complexos numa das regiões de maior conflito do país.

A escolta solicitada à Polícia Federal durante uma recente audiência pública realizada em Belém para discutir a situação dos frigoríficos citados foi definida como "habitual" pelo procurador.

— Conhecíamos o público que ali se faria presente. Apenas pedimos à PF que deixasse alguns de seus agentes destacados para o local por causa dos senadores e deputados federais, à nossa disposição — explica.

O dr. Potiguar, como é mais conhecido, entrou no MPF em 1982, no quinto concurso público da instituição — o mesmo que aprovou Roberto Monteiro Gurgel, atual procurador-geral da República.

Esta é a segunda vez que exerce a função de procurador-chefe. A primeira foi no biênio 2002-2004. O atual mandato vai até o final do ano que vem.

Como procurador, atua nos casos de improbidade administrativa e patrimônio cultural. Foi dele a ação que manteve em Belém, por exemplo, o avião Catalina, utilizado no século passado no processo de desenvolvimento do Estado, quando a Aeronáutica tentou negociálo com o governo americano por uma outra aeronave. Somente o Museu Aeroespacial do Rio de Janeiro tem um modelo semelhante em todo o Brasil.

Paraense de Belém, José Augusto Potiguar vê no cumprimento da lei uma das saídas para solucionar os conflitos que hoje deterioram a imagem do Estado.

— Além disso, a presença do Estado responde Direito em áreas historicamente abandonadas, como a região de Castelo dos Sonhos (em Altamira, no sul do Pará), ajudaria a reverter a situação.

Para ele, a grilagem de terras e o desmatamento são os dois maiores problemas do Pará, na atualidade.

Potiguar entende que o trabalho escravo e os conflitos agrários nada mais são do que consequência dos dois primeiros.

Seu conceito de trabalho, diz, resume-se a cumprir a lei: — Desde que a lei, claro, tenha alcance social para resolver conflitos e beneficiar a sociedade — ressalva.

Casado e pais de quatro filhos, José Augusto Potiguar tenta ingressar a filha caçula no curso de medicina.

— Os dois primeiros são formados em direito e o terceiro, em psicologia.

Idade para se aposentar o dr. Potiguar já tem. O desejo de ver um Pará mais justo e fortalecido, no entanto, é o que motiva este jurista de 54 anos a continuar na ativa.

— Aposentadoria é um dos poucos assuntos que podemos deixar para depois — diz, bem-humorado.

Pequenas propriedades são 84,82 % das posses cadastradas na Amazônia – Sítio eletrônico do MDA - 14/07/2009

As três primeiras semanas de cadastramento para regularização fundiária do Programa Terra Legal revelam o perfil dos habitantes da Amazônia. O levantamento parcial demonstra que 52,74% dos requerentes de terras são nascidos na Amazônia. Em 51,8% dos pedidos de legalização fundiária, o requerente é o primeiro ocupante do imóvel.

Nos municípios onde já foi iniciado o processo de cadastramento fundiário, os números mostram que 84,82% dos imóveis requeridos são pequenas propriedades que possuem entre um e quatro módulos fiscais. “Esse é o público prioritário do Terra Legal, pessoas que trabalham basicamente com a agricultura familiar e possuem, em média, até 300 hectares”, afirma o superintendente Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, Raimundo Sepeda.

Os números fazem parte do balanço que será mostrado nesta terça-feira (14), em Brasília,

na reunião do Grupo Executivo Interministerial que analisará os dados preliminares e formulará as ações estratégicas do Programa Terra Legal. Na reunião, estarão presentes representantes dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, além dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, das Cidades, do Planejamento, das Relações Institucionais, do Meio Ambiente, da Casa Civil e do Incra.

Os municípios que mais contabilizam pedidos de regularização são Porto Velho (554 cadastros), Marabá (303) e Paragominas (209).

Mais de 234,7 mil hectares da Amazônia Legal já estão cadastrados para receber o título de regularização fundiária.

O relatório parcial do programa mostra que, em três semanas de trabalho já contabilizou cerca de 1,5 mil solicitações de legalização de posses. Praticamente a metade das terras aptas à legalização está em Rondônia (49%). O Pará tem 48% das terras já cadastradas para o georreferenciamento e outros 3% estão no Mato Grosso.

As posses possuem como principal atividade econômica a agricultura (59%) e a pecuária (33%) e em 93,6% dos casos os ocupantes alegam não haver qualquer tipo de disputa para definição dos limites do imóvel, o que permite acelerar o processo de georreferenciamento. “Esse dado nos mostra que a grande maioria da população acredita na regularização. Esse público, onde não há conflito, não demanda vistoria e essa é a nossa prioridade. Agilizar o georreferenciamento dessas posses será mais tranquilo e isso comprova que são ocupações de boa fé”, adianta Sepeda.

As mulheres representam 26,3% do universo total de requerentes. “Esse é um número muito expressivo porque temos uma cultura claramente masculina na região. A gente não imagina que um quarto das famílias da Amazônia sejam comandadas por mulheres”, ressalta o superintendente nacional.

O Terra Legal Amazônia já percorreu seis municípios: Porto Velho(RO), Marabá(PA), Paragominas(PA), Peixoto de Azevedo(MT), Nova Mamoré(RO) e Machadinho d´Oeste(RO). Atualmente, o número de cadastros chega a 1.878 , quando somados os municípios de Ulianópolis(PA), Pimenta Bueno(RO) e Nova Ubiratã (MT), que iniciaram a quarta semana de cadastramentos no último dia 10 de julho.

Rejeitado projeto que considera invasão de terras como crime hediondo – Sítio eletrônico da Contag 15/07/2009

Projeto de lei que visa enquadrar a invasão de imóveis rurais com fins políticos no prol dos crimes hediondos foi rejeitado nesta terça-feira (14) pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS), argumentou que a democracia não pode impedir manifestações da sociedade e ressaltou que o Código Penal já prevê punições aos excessos praticados pelos invasores de terras. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Delcídio Amaral disse que, quando há depredação de bens, os responsáveis podem ser condenados na esfera civil a pagar os prejuízos causados. Na opinião do relator, "é insensato se colocar contra os movimentos sociais".

A proposta (PLS 264/06) é de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, criada para examinar a estrutura fundiária brasileira e os processos de reforma agrária e urbana. Os senadores que participaram da reunião da CRA concordaram com Delcídio que tais crimes não devem ser considerados hediondos. No entanto, observaram que, apesar de as invasões de terras já estarem contempladas no Código Penal, nem sempre a legislação é cumprida de forma a punir quem depreda propriedades particulares.

Na opinião da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pressionam os produtores rurais, enquanto deveriam pressionar o governo federal para equacionar suas demandas.

Na avaliação da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), deve haver cumprimento da legislação existente no país. Já na opinião do senador Romeu Tuma (PTB-SP), os governadores que não cumprirem decisões judiciais devem ser responsabilizados. Ele informou ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) vê com cautela o enquadramento da invasão de terras como crime hediondo.

O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), alertou para a possibilidade de haver banalização dos crimes hediondos. Em sua opinião, tais crimes possuem uma tipologia diferente, já que causam repugnação pelo requinte de crueldade com que são praticados.

- É possível reforçar um pouco mais a proteção do direito de propriedade, mas não colocar tudo na cesta dos crimes hediondos - disse Valter Pereira.

Fonte: Agência Senado de Notícias

Pequenas propriedades são 84% das posses cadastradas na Amazônia – Sítio Eletrônico da Contag - 20/07/2009

Nos municípios da Amazônia onde já foi iniciado o processo de cadastramento fundiário pelo Mutirão Arco Verde Terra Legal, em três semanas de trabalho, 84,82% dos imóveis são pequenas propriedades entre um e quatro módulos fiscais. "Esse é o público prioritário do Terra Legal, pessoas que possuem, em média, até 300 hectares", afirma o superintendente Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, Raimundo Sepeda.

Segundo um levantamento com os primeiros 1,5 mil pedidos de legalização fundiária, 52,74% dos atendidos nasceram na Amazônia. Em 51,8% dos pedidos, o requerente é o primeiro ocupante do imóvel. Os municípios que mais contabilizam pedidos de regularização são Porto Velho (554 cadastros), Marabá (303) e Paragominas (209).

Cadastramento - Praticamente a metade das terras aptas à legalização está em Rondônia (49%). O Pará tem 48% das glebas já cadastradas para o georreferenciamento e outros 3% estão no Mato Grosso. As posses possuem como principal atividade econômica a agricultura (59%) e a pecuária (33%) e em 93,6% dos casos os ocupantes alegam não haver qualquer tipo de disputa para definição dos limites do imóvel, o que permite acelerar o processo de georreferenciamento. "Agilizar o georreferenciamento dessas posses será mais tranquilo e isso comprova que são ocupações de boa fé", adianta Sepeda.

As mulheres representam 26,3% do universo total de requerentes. "Esse é um número muito expressivo porque temos uma cultura claramente masculina na região", diz Sepeda, surpreso de que um quarto das famílias da Amazônia sejam comandadas por mulheres.

Mutirão - O Mutirão Arco Verde Terra Legal já percorreu os municípios de Porto Velho(RO), Marabá(PA), Paragominas(PA), Peixoto de Azevedo(MT), Nova Mamoré(RO), Machadinho d´Oeste(RO), Ulianópolis(PA), Pimenta Bueno(RO) e Nova Ubiratã (MT). Em quatro semanas de atuação, o Terra Legal já soma 1.928 solicitações de regularização de posses em Rondônia, Mato Grosso e Pará. A próxima etapa do Programa começou na última sexta-feira (17) nos municípios de Vila Rica (MT) e Dom Eliseu (PA). Neste final de semana (18 e19), serão atendidos os municípios de Dom Eliseu (PA) e Marcelândia (MT).

A partir de agosto o cadastramento vai ser ampliado para os estados do Maranhão, Acre, Tocantins, Amazonas, Amapá e Roraima. "Estamos trabalhando em uma iniciativa que não existia há 30 anos na Amazônia", avalia o coordenador-geral do Terra Legal, Carlos Guedes.

O secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Rondônia, Carlos Magno, destacou a parceria entre os governos Federal e do Estado no processo de regularização fundiária. "Podemos oferecer mais técnicos para agilizar esse processo", anunciou Magno.

Nas primeiras 12 cidades, o Mutirão realizou 61.671 atendimentos, sendo 2.159 em ações de regularização fundiária e ambiental e 6.731, de apoio à produção ambientamente sustentável. As ações de cidadania foram 30.649. Cassificados como "outros" (de corte de cabelo a tirar foto), 22.132. Os números atuais estão no site: http://portal.mda.gov.br/arcoverde/.

Fonte: Portal do Governo Brasileir

Blitz no Rio liberta 105 que trabalhavam como escravos – Estado de São Paulo – Nacional – 20/07/2009

O Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, apoiado por agentes da Polícia Federal (PF), libertou ontem, na cidade de São Francisco de Itabapoana, norte do Rio de Janeiro, 105 trabalhadores - 80 deles baianos - que nos últimos quatro meses foram submetidos à situação semelhante a de trabalho escravo. Sem carteira de trabalho assinada e vivendo em condição considerada degradante pelo procurador do trabalho Jorsinei Nascimento, os homens foram contratados para cortar cana que abastecia a Usina Paineiras S/A, no município de Itapemirim, no Espírito Santo, segundo documentos encontrados pelos auditores

Os empregadores - os irmãos Amaro Barros Fernandes e Jorge Fernandes Francisco - responderão a processo na Justiça do Trabalho e podem enfrentar processo criminal se for aberto inquérito pela PF. Além da falta de registros dos trabalhadores, os dois são acusados de descontar dos salários despesas que legalmente cabem ao empregador, como a passagem da terra natal para o norte fluminense, os equipamentos de proteção individual e o alojamento.

Segundo os agentes, os irmãos Fernandes descontavam de cada um dos trabalhadores o equivalente a R$ 90 mensais a título de pagamento do salário desemprego. Diziam que o valor seria pago quando fossem dispensados, no término da safra. Como o seguro só é pago ao trabalhador demitido com registro, nenhum deles fará jus ao benefício.

Os trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo foram descobertos na sexta-feira passada após uma denúncia feita por telefonema à Superintendência do Trabalho do Rio. No mesmo dia, os auditores comandados por Leandro de Andrade Carvalho e apoiados pelo procurador Jorsinei Nascimento, de Roraima, localizaram os empregados e gravaram em DVD os depoimentos de alguns deles. Com o material, obtiveram do juiz Claudio Aurélio Azevedo Freitas, da 2ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes os mandados de busca e apreensão de documentos, que foram cumpridos ontem.

As buscas foram feitas no escritório de Amaro, na casa dele e do irmão Jorge e no minimercado que pertence a um irmão da dupla, José Barros Francisco. Segundo algumas denúncias, os trabalhadores eram obrigados a fazer suas compras superfaturadas no local.

José Barros negou as denúncias e afirmou que não vendia fiado para os trabalhadores nem há pressão para que façam as compras ali. Seus dois irmãos não foram encontrados para comentar o caso.

Nead lança obra sobre políticas de ocupação e luta pela terra – Sítio Eletrônico do MDA – 21/07/2009

"O entendimento da condição camponesa não pode ser essencializado, mas visto e reconhecido a partir de negociações interculturais de valores básicos". É assim que a antropóloga Delma Pessanha resume as direções teóricas presentes nos treze artigos que integram a publicação Formas Dirigidas de Constituição do Campesinato, segundo volume do Tomo Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil.

A obra faz parte da Coleção História Social do Campesinato no Brasil, produzida pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Editora Unesp. A antropóloga, responsável pela organização do livro, é professora titular da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O volume complementa o anterior, no tomo que organizou reflexões sobre duas das formas de constituição e reprodução do campesinato no País. A primeira é encontrada no volume I, no qual os autores discorrem sobre os proprietários que, pela repressão da força de trabalho e controle dos meios de produção, tornaram possível a existência de formas camponesas dependentes ou tuteladas.

O papel do Estado

O volume II dispõe em seus textos reflexões sobre as iniciativas do Estado em criar condições para a ocupação populacional do território brasileiro, com o objetivo de expandir fronteiras produtivas e marcar institucionalmente sua presença. "Neste trabalho mostramos como os programas do governo, que inicialmente excluíram os brasileiros, foram responsáveis também pelos movimentos de migração que caracterizam a história do campesinato no Brasil", descreve a organizadora. Dentro desse processo, como argumenta Delma, o tamanho reduzido dos lotes oferecidos nesses programas acabou promovendo a constante mudança das famílias incluídas nestas ações.

O livro estrutura três períodos que marcam esses programas: no Império, com o estímulo da imigração européia e seus objetivos de colonização; durante o Governo Getúlio Vargas e a

afirmação de sua política de "pai dos pobres"; à época da ditadura, até as políticas mais contemporâneas, como as realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ao comentar sobre esses períodos, a pesquisadora sublinhou a pressão de alguns setores da população em que brasileiros, que também sonhavam com a conquista da terra, articularam-se em torno da efetivação de programas, como os criados por Getúlio Vargas e marcados por conflitos intensos. "Em processos longos, nos quais trabalhadores foram convidados a participar desses programas, a questão da busca pela terra permanece". Delma enfatiza a importância em descrever e analisar esses processos para compreender a produção do imaginário desses trabalhadores.

Produtores e as políticas públicas

Os pequenos produtores sempre tiveram uma condição de pobreza, mas ao contrário de uma visão negativa de governo e pesquisadores (mantida ao logo destes processos), essa condição não é inerente ao fato de ser pequeno, mas à falta de uma estrutura socioeconômica que permita sua autonomia. "Acho que esta publicação tem vários ensinamentos", e o principal deles, aponta Delma, "versa sobre as condições de saúde, trabalho e escola". No contexto das políticas públicas, a publicação indica quais são as condições para a existência de um campesinato que atenda às próximas gerações.

Os autores demonstram, ao longo do livro, como os trabalhadores rurais têm perseguido seus sonhos. "Temos uma carência de trabalhos analíticos como esse, pois geralmente escrevemos no âmbito da academia e a publicação e circulação de obras como esta podem oferecer uma base de interpretação do campesinato no Brasil, além de auxiliar as pessoas que integram os movimentos sociais a entender esses processos", afirma Delma.

As possibilidades de compreender melhor esses panoramas histórico-sociais do campesinato também se estendem aos funcionários do Estado. "Na academia produzimos conhecimento sobre a sociedade e, no Estado, muitas vezes, a criação de políticas públicas não passa por essa reflexão", opina Delma. Ela sugere que servidores que trabalham diretamente com a temática participem de cursos de formação que os aproximem de reflexões como as propostas neste volume. "Um livro, quando é publicado, para além do que ele fixa, produz reflexão", finaliza a pesquisadora.

Sobre a Coleção

Perceber a importância do campesinato como um "fato social do mundo moderno" e não como um "simples resquício" do passado. Isso é o que propõe a coleção História Social do Campesinato no Brasil, produzida pelo NEAD/MDA em parceria com a Editora Unesp. A coleção é produto da dinâmica promovida por atores sociais deste segmento que, em fins de

2003, organizados em diversos movimentos, deram início a estudos e debates que tinham como objetivo organizar estratégias de desenvolvimento.

As articulações entre esses movimentos, representados pela Via Campesina Brasil, e os pesquisadores Horácio Martins Carvalho, Márcia Mendes Motta, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Delma Pessanha, resultaram na proposta de edição de cinco tomos, cada um composto por dois volumes. A coleção propõe mudanças em uma perspectiva constituída, ao longo da história, por discursos acadêmicos e ações do Estado. Assim, organizadores e autores problematizam compreensões que dominaram o cenário acadêmico e político hegemônico e acabaram corroborando com a visão de um "camponês diminuído", desprovido de uma agência própria. A proposta é apresentar outros olhares sobre o campesinato brasileiro, no intuito de impulsionar transformações teóricas e políticas.

Incra retoma convênios para execução do Pronera – Sítio Eletrônico do MDA - 23/07/2009

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu os efeitos da decisão que proibia, desde janeiro deste ano, a realização de convênios pelo Incra junto a instituições de ensino para execução do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O ministro substituto, Marcos Bemquerer Costa, acolheu recurso interposto pela Procuradoria Federal Especializada do Incra (PFE/Incra) para reexaminar a legalidade dos convênios. A nova decisão foi assinada no último dia 13, mas ainda não foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U).

Agora, o Incra pode retomar 20 novos convênios que já estão acertados, mas não puderam ser assinados devido à vigência da proibição. Serão abertas cerca de mil vagas em oito estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Ceará. Somente na Bahia, serão criados cinco cursos para cr público da reforma agrária.

A coordenadora nacional do Pronera, Clarice dos Santos, comemorou muito a decisão. "Foi um reconhecimento do TCU de que o nosso programa só pode ser executado por meio de parceria, que se materializa pelo convênio, de natureza colaborativa entre as instituições", ressaltou.

Além de permitir a realização de convênios, o TCU também suspendeu a determinação que inibia por completo a participação dos movimentos sociais durante o planejamento, execução e acompanhamento do programa. "Isso foi tão importante quanto à retomada dos convênios, pois a participação dos movimentos sociais na construção do programa está amparada pela Constituição Federal e por toda a legislação educacional", complementou Clarice.

O TCU ainda vai julgar o mérito do caso, mas a permissão para realização de convênios pelo Pronera sinaliza o entendimento a favor da legalidade das ações do programa. Para o procurador federal Emanoel Gonçalves de Carvalho, chefe da Coordenação de Assuntos Jurídicos e Administrativos da PFE/Incra, os cursos fomentados pelo Pronera não decorrem de uma mera prestação de serviços. "A metodologia empregada é inovadora, a exemplo do regime de alternância, fruto de uma parceria construída entre o Incra e as entidades. Desta parceria são beneficiados tanto os assentados da autarquia quanto as instituições de ensino, por meio do desenvolvimento das suas atribuições educacionais", explicou.

O Pronera

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma conquista dos movimentos sociais do campo que defendem a reforma agrária no Brasil, resultado da luta pelo direito constitucional a uma educação de qualidade, que atenda as suas necessidades sócioculturais.

Ele surgiu institucionalmente em 1998, e até 2002 foi responsável pela escolarização e formação de quase 123 mil trabalhadores rurais assentados. De 2003 a 2008, promoveu acesso à escolarização e formação para cerca de 400 mil jovens e adultos nos assentamentos. Atualmente, estão matriculados em cursos e programas de escolarização algo em torno de 17 mil jovens.

Por meio de metodologias específicas, que consideram o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, o Pronera fortalece o mundo rural como território de vida de milhares de famílias camponesas no Brasil.

Ação vai pedir desbloqueio de fazendas – Caio Junqueira e Yan Boechat – Valor Econômico - Política – 23/07/2009

A defesa do banqueiro Daniel Dantas vai entrar com mandado de segurança no Terceiro Tribunal Regional Federal em São Paulo pedindo o desbloqueio das 25 fazendas e mais de 450 mil cabeças de gado que foram sequestradas pela Justiça anteontem por suspeita de serem utilizadas na lavagem de dinheiro. A tese principal da defesa é de que a Agropecuária Santa Bárbara, de propriedade de Dantas, não recebeu aportes diretos do grupo Opportunity e que todos os recursos aplicados no empreendimento rural vieram de empresas e investidores sediados no Brasil. A decisão do juiz Fausto De Sanctis foi baseada na suspeita de que as fazendas estivessem sendo usadas para lavar recursos ilícitos. A

principal hipótese é de que os valores fossem provenientes de outras empresas e fundos de investimento controlados pelo Opportunity.

Pelas estimativas da Polícia Federal, o grupo investiu em compra de terras, animais, infra-estrutura e outros negócios ligados ao setor agropecuário cerca de R$ 700 milhões nos últimos anos. Sequestradas pela justiça, as fazendas do Grupo foram mantidas sob a administração de Carlos Rodemburgo, transformado em fiel depositário. Ele não é um dos 14 réus do processo.

"A acusação de aporte de capital suspeito na Santa Bárbara é uma coisa meio maluca, está tudo registrado e será mostrado à Justiça que os recursos investidos têm procedência clara e legítima", afirma a advogada Dora Cavalcanti, que defende a Agropecuária Santa Bárbara. De acordo com ela, a medida tomada por De Sanctis também inviabiliza o negócio economicamente. "Com o seqüestro, a empresa não pode operar, ela ficará economicamente inviável", afirmou a advogada, que também vai entrar com uma representação junto à 6 Vara Criminal Federal de São Paulo, oferecendo novas informações ao juiz De Sanctis. "Acredito que o próprio juiz vai reverter a decisão após apresentarmos as provas de que não há nada ilícito no negócio", afirmou. A Agropecuária Santa Bárbara administra 27 fazendas nos Estados de Minas Gerais, Pará, São Paulo e Mato Grosso. De acordo com a advogada, a empresa tem 1,8 mil empregados diretos e outros 12 mil indiretos.

Os protagonistas das investigações trabalham com duas hipóteses para a origem dos recursos ilícitos que acabaram sendo objeto de lavagem de dinheiro: a participação do Grupo Opportunity na privatização do Sistema Telebras, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e negociações envolvendo a operadora Brasil Telecom, que foi administrada pelo grupo de Dantas, e que ocorreram já no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A suspeita dos investigadores é de que o Opportunity sacou recursos de forma ilegal da Brasil Telecom para, entre outros fins, financiar o que ficou conhecido como esquema do mensalão no Congresso Nacional, cujo processo ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

A gestão fraudulenta na Brasil Telecom e lavagem de dinheiro dos recursos obtidos de forma ilegal na companhia é uma hipótese já considerada nos autos, uma vez que o Ministério Público solicitou a abertura de um inquérito para apurar a compra da Brasil Telecom pela Telemar, que gerou a supertele BrOi, a maior empresa telefônica do país.

O negócio só foi possível após um decreto baixado por Lula que criou as condições legais para sua ocorrência. BNDES e o Banco do Brasil financiaram a transação. A outra hipótese, da privatização da Telebras, não está, por ora, presente nos autos. Mas acredita-se que ambas estejam vinculadas e que o inquérito aberto pode caminhar para revelar isso.

Diferentemente do início da Satiagraha, em julho de 2008, PF, MP e Justiça não têm seguido uma sintonia tão fina quanto a constatada no início da operação. Em duas situações houve divergências entre a Justiça e o Ministério Público. A primeira no que se refere ao número de testemunhas a serem ouvidas no processo. O MP pediu que fossem arroladas 20

testemunhas. A Justiça não aceitou e limitou esse número a oito. Isso porque, em sendo concedido à acusação a oitiva de 20 testemunhas, isso deveria ser feito também a todos os 14 réus, 20 testemunhas para cada um, o que resultaria em 280 testemunhas a serem ouvidas. Com receio de que isso atrasasse o processo, a Justiça limitou em oito.

A segunda divergência foi quanto a forma como Dantas teria lavado os recursos ilícitos. O MP não viu indícios suficientes para a lavagem de dinheiro na criação de gado. A Justiça achou que o relatório elaborado pela PF apontava indícios suficientes e, por isso, determinou o sequestro das 25 fazendas do banqueiro.

A Justiça aposta que a estratégia da defesa de Dantas é apontar o maior número possível de nulidades no processo que envolve Dantas, uma vez que há uma tendência dos tribunais superiores de que muitas argüições de nulidades no processo acarretam a nulidade de todo o processo. A defesa tem até a próxima semana para apresentar sua defesa.

De acordo com o advogado Andrei Schmidt, que defende o banqueiro Daniel Dantas e outros cinco acusados pelo MP, os réus ainda não foram citados oficialmente. Segundo Andrei, a estratégia de defesa ainda está sendo montada e várias medidas estão sendo preparadas. Entre elas está a possibilidade de um novo pedido de habeas corpus preventivo ao Tribunal Regional Federal. Para Schmidt, a acusação não fundamentou a hipótese de que a Agropecuária Santa Bárbara fosse usada para lavagem de dinheiro ilícito.

Grupo diz ter sido alvo de invasão de sem-terra – Valor Econômico – Política – 23/07/2009

Um grupo de trabalhadores sem-terra invadiu ontem uma das 27 fazendas da Agropecuária Santa Bárbara - ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas - que a Justiça Federal mandou sequestrar na última sexta-feira. A informação foi divulgada pela própria empresa.

A propriedade fica na cidade de Xinguara (PA). Contando a ação de hoje, dez das 45 fazendas do grupo no Pará estão invadidas, algumas em mais de uma área e por diferentes movimentos de sem-terra, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura).

A invasão de hoje foi feita pela Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), disse a Santa Bárbara. Segundo nota da empresa, "quase uma centena" de integrantes do movimento, "portando armamento pesado", entraram na fazenda Ceita Corê.

A empresa afirmou que os sem-terra queimaram pontes de acesso à propriedade, sequestraram um segurança e expulsaram outros funcionários, "colocando em risco a vida de pessoas inocentes".

Na Delegacia de Conflitos Agrários de Redenção (PA), cidade próxima à fazenda, ninguém respondeu ao telefone. Na delegacia de Xinguara, não havia informações sobre o suposto ocorrido. A Fetraf não foi localizada para confirmar invasão. A Secretaria da

Segurança Pública do Pará também não a confirmou, mas disse que estuda aumentar a presença policial na área. Com a decisão judicial da sexta-feira passada, há o receio que outras invasões ocorram nos próximos dias. A Santa Bárbara tornou-se alvo dos sem-terra após a Operação Satiagraha, que a ligou a uma suposta lavagem de dinheiro - o que a empresa nega.

Esperança de crédito motiva regularização de terras na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA – 27/07/2009

A esperança de conseguir financiamentos de bancos públicos e privados é um dos principais motivos para o interesse de pequenos e médios agricultores em legalizar a situação de posse de suas terras na Amazônia.

"Antes, a gente ainda conseguia algum dinheiro nos bancos com a papelada de posse em mãos. Mas, nos últimos anos, secou tudo e não estão mais liberando nenhum crédito para quem não tem título definitivo", diz o agricultor Marusan Moreira, estabelecido no município de Rondon do Pará há 20 anos.

Ele tem cerca de 500 hectares, que pretende regularizar no programa Terra Legal. Moreira diz que precisa de crédito para colocar em ordem sua plantação de pimenta do reino ou iniciar alguma outra cultura.

"Alguns anos atrás, o banco estava oferecendo financiamento para plantar pimenta do reino porque estava valendo muito a pena. O quilo rendia R$ 10 porque houve um doença nas plantações da Ásia que aumentou muito a demanda", conta.

"Os técnicos do banco disseram que isso era um ciclo que iria durar algum tempo, mas antes mesmo da minha primeira colheita, o preço já tinha caído pra R$ 3 o quilo e nunca mais subiu. Tive que vender meu gado pra custear a pimenta e hoje já não tem mais nem um nem o outro", diz o agricultor, enquanto caminha entre os pimentais, que exibem os sinais da falta de cuidados e investimentos.

Sonho - A coordenadora do Programa Terra Legal nas regiões Sul e Sudeste do Pará, Magda Reis, confirma que, nas conversas com os agricultores, a questão do crédito costuma ser um dos motivos apontados com frequência para justificar o interesse na

regularização.

"O grande sonho desses pequenos agricultores por aqui é ter o título da terra para poder acessar crédito e para ter certeza de que a terra vai ficar para os filhos deles", diz.

No entanto, o pesquisador do Imazon, Paulo Barreto, observa que o acesso ao crédito para os pequenos agricultores é importante, mas que precisa vir junto com políticas que permitam o investimento destes recursos em atividades sustentáveis.

"O fato de as pessoas receberem as terras de graça ou a preço simbólico (no caso das propriedades de até quatro módulos fiscais), pode dar a falsa ideia de que a terra é barata na Amazônia, de que vale pouco. Aí, sem orientação e com dinheiro, a tendência pode ser desmatar ainda mais", afirma.

Fonte: Estadão Online

REAF: Seção brasileira discute acesso a terra – Sítio Eletrônico do MDA – 21/07/2009

A XXII Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) teve início nesta segunda-feira (20), em Brasília, com as reuniões dos Grupos de Trabalho (GTs) de Acesso a Terra e Reforma Agrária e de Juventude.

Os principais temas discutidos durante o GT de Acesso a Terra foram o conceito de Reforma Agrária Integral e a formulação de uma proposta de recomendação sobre acesso a terra e reforma agrária, que deverá ser discutida junto às demais delegações nacionais na XII REAF Mercosul, em Montevidéu (Uruguai), em dezembro de 2009, e posteriormente encaminhada ao Grupo Mercado Comum (GMC) do Mercosul para avaliação.

Para alcançar um consenso sobre a preparação da proposta de recomendação a ser submetida ao GMC, foram resgatados conteúdos e declarações finais de eventos internacionais relativos à temática realizados desde 2003. Foram citados o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária (Valência, Espanha, dezembro de 2004); a Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizada pelo Governo Brasileiro (Porto Alegre, março de 2006); o Fórum Terra, Território e Dignidade (Porto Alegre, março 2006); a 30ª Conferência Regional da FAO (Brasília, abril de 2008); e a Conferência

Especial para a Soberania Alimentar, pelos Direitos e pela Vida (Brasília, abril de 2008).

Durante os debates, os participantes comentaram uma inflexão na agenda internacional sobre o tema da segurança e soberania alimentar, que vem sendo observada na conjuntura atual. Essa mudança tem sido provocada, em grande parte, pelo aumento do número de pobres no mundo e também na América Latina, em decorrência da alta inflação dos preços dos alimentos em 2008, e da crise econômico-financeira de 2009.

"No cenário atual, a tendência registrada é que o diálogo internacional passe a valorizar elementos como o direito dos países a implementarem estratégias nacionais de desenvolvimento agrário e segurança alimentar. Há uma nova ênfase sobre a necessidade de enfrentar os problemas da segurança alimentar e nutricional pela raiz, em detrimento das ações emergenciais, promovendo o desenvolvimento rural e a agricultura familiar, a partir do reconhecimento e da valorização do trabalhos das mulheres agricultoras, por exemplo", avaliou Francesco Pierri, da Assessoria Internacional e de Promoção Comercial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (AIPC/MDA).

As sugestões para a proposta de recomendação a ser submetida ao GMC surgiram nesse âmbito, como forma de aproveitar o momento de mudança no panorama internacional. "Acreditamos que o ponto fundamental para formular uma recomendação seja o reforço à importância da questão da soberania alimentar", disse Pierri.

A questão da soberania alimentar também serviu de ponto de partida para a abordagem da definição do conceito de Reforma Agrária Integral, já que ambas estão relacionadas. Três elementos foram considerados essenciais: o direito a terra e aos recursos naturais; o direito aos recursos produtivos por meio de políticas públicas (assistência técnica, crédito, comercialização); e o direito à infraestrutura no meio rural (estradas, saúde, educação, lazer, cultura).

O conceito também está sendo debatido nas seções nacionais da REAF de cada país integrante. "Para nós, a Reforma Agrária Integral é uma política ampla e massiva, que, além do tema de acesso a terra, compreende as políticas de desenvolvimento rural. Sabemos que é um tema relevante em todos os países, mas principalmente no Paraguai, porque lá está a maior concentração fundiária da região, onde ainda há um grande desafio para desenvolver políticas que vão além do acesso a terra", comentou Laudemir Muller, chefe da AIPC/MDA.

Réquiem – Plínio de Arruda Sampaio – Sítio eletrônico do MST – 28/07/2009

Se o presidente Lula não vetar a lei que dá nova disciplina jurídica aos **índices de produtividade** dos imóveis rurais, quem ainda falar em Reforma Agrária estará dando a si próprio um atestado de sandice.

Índices de produtividade são medidas da eficiência no uso das terras de uma fazenda. Foram introduzidos na legislação agrária por força da Constituição de 1988 e são elementos decisivos para classificar como produtivo ou improdutivo um imóvel rural objeto de desapropriação - somente os desta categoria podem ser desapropriados para fins de Reforma Agrária.

A lei que disciplinou o preceito constitucional atribui aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura a competência para assinar uma Instrução ministerial conjunta fixando periodicamente esses índices.

A Instrução atualmente em vigência está defasada em mais de três décadas! No Brasil, como se sabe, há leis que se acatam, mas não se cumprem.

No governo FHC, o ministro Jungmann encomendou a duas instituições especializadas estudos técnicos para atualizar os índices, sem mencionar a cada uma delas o que a outra estava fazendo. O resultado foi a coincidência quase absoluta dos resultados. Nem assim a Instrução atualizadora foi assinada.

Lula herdou essa situação e teve que avocar a decisão sobre publicá-la ou não ao seu despacho, porque o ministro da Agricultura negou-se a assinar o texto que lhe enviou o ministro do Desenvolvimento Agrário. Para não desagradar a bancada ruralista, manteve a Instrução guardada em sua gaveta, apesar dos apelos do MST.

Sem novos índices, não há mais fazendas improdutivas nas regiões efetivamente ocupadas pela exploração agropecuária e florestal.

Mas o agronegócio, que é previdente, não quer ficar na mão de governo algum e apresentou o projeto de lei aprovado nesta semana em virtude de um "cochilo" da bancada governista.

Se Lula sancioná-lo, a Reforma Agrária, que já está agonizante, morrerá de vez, pois o projeto aprovado exige que a atualização dos Índices seja feita periodicamente por uma lei do Congresso – garantia de que jamais uma atualização verdadeira será aprovada.

Porém, seguindo a mesma tática da Medida Provisória da "legalização da grilagem" – já comentada nesta coluna -, o Projeto contém um "bode".

Para descobri-lo, é preciso recorrer a um exemplo: a classificação de uma fazenda como produtiva (não suscetível de desapropriação) é feita por meio da aplicação de dois índices: um mede o uso da terra; outro, a eficiência na exploração da terra utilizada.

Assim: pela lei atual, uma fazenda que tem 10.000 hectares e só cultiva 1.000 hectares, mas apresenta um índice de produtividade (quantidade de produção por hectare) igual ou superior à média do país na área cultivada, poderá ser desapropriada por não usar suas terras de acordo com a média do país, apesar de ser bastante eficiente nas terras que cultiva.

O projeto aprovado abole o primeiro índice, de modo que um imóvel com essas características escapa da desapropriação.

Não é difícil prever o que vai acontecer: Lula vetará esse artigo. Em outras palavras: retirará o "bode" do projeto.

Os lulistas, aliviados, passarão a defender a lei, porque afinal ela não contém mais o que seria perigoso para a Reforma Agrária.

A bancada ruralista, para não dar muito na vista, ensaiará um simulacro de protesto. Mas ela está radiante porque seu principal objetivo – transferir a competência da atualização dos índices para uma instância absolutamente segura como o Congresso – foi plenamente atingido.

O povo que tem voz na política não dirá nada, pois uma parte é conivente com o golpe e outra parte, embora indignada, encontra-se dividida, confusa e, por isso, sem condições de agir.

O povo que não tem voz na política... esse não dirá nada, porque uma parte dele está inebriada pela ilusão de consumismo que o Bolsa Família propicia e a outra parte encontra-se em estado de absoluta prostração.

Quosque tandem!

**Plinio de Arruda Sampaio, de 78 anos, é advogado, presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e diretor do "Correio da Cidadania". Foi deputado federal pelo PT-SP (1985-91) e consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Artigo publicado originalmente no Correio da Cidadania*

Pela segunda vez, sem-terra invadem fazenda de Dantas – Folha de São Paulo – Brasil – 30/07/2009

Cerca de 60 sem-terra invadiram ontem a fazenda Cedro, em Marabá (PA), da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, do grupo Opportunity, de Daniel Dantas. Conforme a empresa, é a segunda invasão pelo mesmo grupo em menos de 15 dias.
O grupo, disse a assessoria da Santa Bárbara, não é ligado ao MST ou à Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar).
A Folha não conseguiu contato com os sem-terra.
Ontem, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil divulgou nota em defesa da Santa Bárbara, dizendo que são preocupantes as notícias que mostram o agronegócio como instrumento de aplicação de recursos duvidosos, divulgadas após o sequestro de bens da agropecuária pela Justiça.
(JOSÉ EDUARDO RONDON)

Incra amplia para R$ 15 mil o crédito Aquisição de Material de Construção – Sítio Eletrônico do MDA - 31/07/2009

Os assentados da reforma agrária agora têm à disposição R$ 15 mil por família para a compra de materiais de construção. O crédito, antes no valor de R$ 10 mil, foi incrementado para possibilitar a construção de casas com mais qualidade e melhor acabamento, melhorando as condições de moradia nos assentamentos. Segundo estimativas da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD) do Incra, apenas neste ano terão acesso aos novos valores pelo menos 150 mil famílias assentadas em todo o País.

A alteração está em vigor desde a segunda-feira (27), a partir da publicação da Instrução Normativa nº 54 no Diário Oficial da União. O crédito Aquisição de Material de Construção poderá ser disponibilizado a assentados de projetos do Incra ou de assentamentos reconhecidos pelo Instituto, desde que regularmente selecionados e cadastrados.

"A elevação do valor do crédito para R$ 15 mil vai possibilitar a construção de casas mais confortáveis e compatíveis com o tamanho da família que vive e trabalha no meio rural. Expressa o compromisso efetivo do Incra com a ampliação da dignidade no campo", ressalta o diretor da DD, Cesar Oliveira.

Crédito Instalação

O benefício é uma das nove modalidades que compõem o chamado Crédito Instalação. O Programa destina-se a efetivar o direito à segurança alimentar e nutricional aos assentados da reforma agrária, bem como disponibilizar um suporte inicial para a implantação do assentamento.

O crédito garante a compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas, a construção e recuperação de moradias e a segurança hídrica aos projetos localizados no semiárido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água. Os recursos também podem ser aplicados em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais etc.) para a geração de renda.

O Crédito Instalação é concedido desde 1985, mas até início de 2003 era operacionalizado por intermédio de apenas duas modalidades. Entre 2005 e 2008, foram criadas mais sete modalidades para fomentar uma nova estratégia de organização produtiva e de implantação dos assentamentos. A última alteração ocorreu em junho deste ano, com a criação da modalidade Crédito Ambiental, para apoiar a recuperação de áreas de reserva legal nos assentamentos. As linhas de financiamento e valores atuais são os seguintes:

1.Apoio Inicial: R$ 3,2 mil por família;
2.Apoio Mulher: R$ 2,4 mil por família;
3.Aquisição de Materiais de Construção: R$ 15 mil por família;
4.Fomento: R$ 3,2 mil por família;
5.Adicional do Fomento: R$ 3,2 mil por família;
6.Semiárido: até R$ 2 mil por família;
7.Recuperação/Materiais de Construção: até R$ 5 mil por família;
8.Reabilitação de Crédito de Produção: até R$ 6 mil por família;
9.Crédito Ambiental: R$ 2,4 mil por família.

O Programa de Crédito é implantado por intermédio de uma equipe multidisciplinar, constituída por integrantes das Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do Incra. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das associações ou representantes dos assentados. Os valores são repassados pelo agente financeiro diretamente para a conta do fornecedor ou ao prestador de serviços. Portanto, nem os agricultores assentados, nem os técnicos do Incra, têm acesso aos recursos.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL